



A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE ONTO-HISTÓRICA

Virna Ferreira de Mesquita ¹
Bruno Jadson Jardelino Gomes ²
David Lucas Oliveira da Silva ³
Viviane Brás dos Santos ⁴

RESUMO

A priori, este trabalho está imbricado em uma análise de como surge a educação, esse pilar sendo princípio fundante do ser social e a forma que ocorre o processo de mercantilização do campo educacional. Para tanto essa análise pretende compreender, a partir de uma perspectiva histórica, o caminho percorrido por uma das bases da sociedade, atendo-se às contradições e o contexto concreto brasileiro. Por conseguinte, objetiva-se que a partir dessa análise seja possível entender o processo de permutação-venda da educação e como isso afeta a realidade da classe proletária. Outrossim, como metodologia desta análise foi utilizada uma pesquisa de caráter bibliográfico (GIL, 2002), nos textos de Ponce (2007), Tonet (2005) e autores brasileiros como Freire (1989), além dos fundamentos presentes no Materialismo Histórico e Dialético e Filosofia da Práxis. Destarte, esse trabalho limita-se a refletir sobre o caráter da educação trazendo os pontos mencionados pelos autores – com o intuito de pensar na relação onto-histórica do ser humano com essa educação. Este movimento surge necessário para entender o processo de desmonte que a educação brasileira vem sofrendo e quais as possibilidades que, principalmente, o corpo docente tem para enfrentar isso. Em suma, é pretendido elencar como resultado, não algo imediato, mas a construção de um debate acerca do assunto para que assim, seja possível entender a atual conjuntura educacional que está intrinsecamente ligada à política e como modificá-la a partir de uma pedagogia emancipadora.

Palavras-chave: Ser social, Mercantilização, Emancipação.

INTRODUÇÃO

Ao longo do processo civilizatório a educação sempre esteve presente, ocupando lugar de extrema importância, ainda mesmo nas primeiras formas de sociedade – comunidade primitiva – onde já havia uma formação educacional que estava intrinsecamente ligada ao trabalho. Nesse movimento, é imprescindível compreender como a educação se apresenta ao longo do tempo, onde se insere na conjuntura sócio-política e o sentido que esta apresenta na

¹ Graduanda do Curso de **História** da Universidade Federal do Ceará - UFC - Membro da International Gramsci Society (IGS-BRASIL), virnaferreira07@gmail.com;

² Graduando pelo Curso de **História** da Universidade Federal - UFC - Membro da International Gramsci Society (IGS-BRASIL), brunojadson14@gmail.com;

³ Graduando pelo Curso de **Pedagogia** da Universidade do Estado da Bahia - UNEB/ Campus VII Senhor do Bonfim, davidlucas6941@gmail.com;

⁴ Professora na Universidade do Estado da Bahia - UNEB/Campus VII Senhor do Bonfim. Doutoranda em Educação - PPGED/UFS. Mestra em Educação, Cultura e Território Semiárido - PPGESA, UNEB. E-mail: vivianebras.pedagogia@gmail.com.

atualidade, principalmente, no recorte espacial brasileiro. A problemática aqui destacada está voltada diretamente para a modificação que a educação vem sofrendo ao se tornar um aparelho que preserva os ideais do sistema capitalista, em que há inúmeras desigualdades e a perpetuação de preservação da pirâmide de classes e que por isso, vem passando por um recorrente processo de desmonte.

Dito isso, a fim de orientar o presente texto, foi utilizada uma pesquisa de cunho bibliográfico (GIL, 2000) que pretende apresentar a partir de textos como “Educação e luta de classes” (PONCE, 2007) um panorama onto-histórico da educação e a partir disso, problematizar os recorrentes processos de mercantilização do sistema educacional, que advém como um “tentáculo” da estrutura capitalista. Para tanto, o intuito de escrever sobre esta temática está inserida na justificativa de provocar e suscitar a reflexão, objetivando, assim, levantar um novo olhar sobre esse tema que, apesar de não ser muito nítido, está imbricado na sociedade contemporânea brasileira.

Nesse sentido, a pesquisa não se finda em um resultado concreto, e sim, na proposição de que as mudanças precisam ser constantes até que haja um movimento de emancipação no que se direcione a quebra das amarras do sistema capitalista, uma vez que, justamente, por entender o caráter desalienante da educação, esse sistema segrega e a torna uma “moeda”. Logo, o resultado buscado não é algo imediato, mas a construção de um debate acerca do assunto para que, assim, seja possível entender a atual conjuntura educacional que está intrinsecamente ligada à política e como modificá-la a partir de uma pedagogia emancipadora.

Outrossim, a metodologia utilizada para sustentar esse texto é de cunho bibliográfico (GIL, 2000), além da exímia leitura de artigos e fichamentos realizados para organizar a linha de raciocínio presente. Adjunto a isso, a leitura está fundamentada nos teóricos que discutem e refletem sobre o caráter da educação. Nesse segmento, os autores utilizados como referencial são Ponce (2007), Tonet (2005), Saviani (2015), Martins (2020), Shiroma (2015), Gramsci (2001), Marx (2013), Brazão (2014), aliado ainda, aos elementos do Materialismo Histórico e Dialético (MHD) e as concepções da Filosofia da Práxis (FP).

UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO



De início, ao pensar como a educação ocorreu nas primeiras formas de sociedade é extremamente relevante ressaltar o caráter que esta educação teve e que se difere totalmente do que se entende hoje. Nesse sentido, um dos primeiros pontos notabilizado é o seu movimento espontâneo, ou seja, essa educação não era imposta, não estava presente na conjuntura social para formar o indivíduo ou, ainda, moldá-lo. Consoante a isso, essa afirmação se consolida em um prático exemplo: a associação feita, quase que involuntariamente, entre escola e educação que estabelece uma noção de necessidade como se uma só estivesse presente se a outra necessariamente também estivesse, e isso torna-se inviável neste cenário de comunidade primitiva, a instalação dessa instituição – escola – já que os próprios indivíduos educavam reciprocamente no sentido de perpetuar o conhecimento historicamente adquirido para possibilitar a sobrevivência da comunidade.

Se não existia nenhum mecanismo educativo especial, nenhuma "escola" que imprimisse uma mentalidade social uniforme, em virtude de que a anarquia da infância se transformava na disciplina da maturidade? Estamos tão acostumados a identificar a Escola com a e está com a individualista de um educador e um educando, que nos custa um pouco reconhecer que a na comunidade primitiva era uma espontânea da sociedade em conjunto, da mesma forma que a linguagem e a moral. (PONCE, 2007. p. 19).

Para compreender o processo educacional adjunto a dependência ontológica presente nesse contexto de comunidade primitiva que consiste na relação entre trabalho-educação é necessário primeiramente retornarmos à gênese ontológica dessa evolução.

Ocorreu de maneira física e social: física, quando nos referimos ao processo de hominização como o momento em que o ser humano começa a adquirir características distintas de seus ancestrais; e social, ao ter o trabalho como um complexo fundante do ser social e, também, da concepção de *homo sapiens sapiens* (o homem que sabe que sabe) trazendo à luz a ideia de que o ser humano não nasce sendo humano ele aprende a ser, logo, faz-se fundamental ter categorias para não só perpetuar o conhecimento que se foi apropriado, mas também, desenvolvê-lo (LESSA, 2004).



É nesse sentido que se estabelece a relação entre trabalho e educação, já que o trabalho produz aquilo que precisamos para sobreviver e é através da educação que se transmite o conhecimento historicamente produzido e apropriado pela humanidade.

Outrossim, para compreender o papel da educação é imprescindível entender a função social desta e sua contribuição na formação do ser social enquanto ser histórico. A função social da educação seria atingir a consciência e transmitir valores, comportamentos, códigos necessários para viver em sociedade, tudo que influi a partir da objetivação de determinado objetivo que se concretiza na realidade e influencia as relações do sujeito. Mas com o passar dos tempos a educação assumiu – principalmente no modelo econômico capitalista – um viés de caráter reprodutivista e alienante utilizado pela classe dominante para mercantilizar a educação a fim de torná-la um mecanismo de manutenção hegemônica.

O pressuposto básico da transformação de algo em valor de troca é o seguinte: nada será transformado em mercadoria se não houver o reconhecimento social de sua utilidade.. É o reconhecimento social sobre algo que, sob certas circunstâncias históricas, cria a possibilidade de produzi-lo como objeto integrado ao circuito de geração de valor, portanto, como valor de troca (MARX, 2013. *apud* MARTINS, 2020).

Para tanto, ao analisarmos a história da educação, nota-se que as transformações econômicas que se desenvolveram no decorrer do tempo provocaram alteração no *status quo*, a educação foi por muito tempo privilégio das classes dominantes e negada às classes menos favorecidas. Com o surgimento das classes sociais, que se deu devido ao escasso rendimento do trabalho humano e a passagem da propriedade comum para a propriedade privada, o processo da educação passou a ser coercitivo e não espontâneo.

Com uma sociedade dividida em classes, as classes dominantes adquiriram uma consciência mais clara de si próprias, por isso adaptaram a educação e a ministravam visando seus próprios interesses. Além disso, é importante ressaltar a relação entre a estrutura e superestrutura que se mantém nesse sentido: a estrutura, isto é, as relações das forças produtivas e as relações de produção, tendem a ser mantidas por aqueles que detêm o poder através da superestrutura, por meio das ideologias políticas, ensino, concepções religiosas e das demais formas de dominação no sentido ideológico e institucional.



Com uma divisão do trabalho fundada na escravidão, no Mundo Antigo, em Esparta, por exemplo, as classes superiores transformavam a sua organização social em uma entidade militar e fizeram com que sua educação estimulasse as virtudes guerreiras. Em outra cidade do Mundo Antigo, em Atenas, onde surgiram as escolas elementares, a educação objetivava formar a classe dominante, com uma lógica de doutrinação, controlavam a visão do mundo que deveria ser ensinado para manter o status quo.

Com grande influência grega, a sociedade romana foi a primeira a estabelecer um sistema de ensino oficial, era esse dividido em níveis, partindo do ensino primário ao ensino superior esse sistema educacional não deixou de ser desigual. Na atualidade, essa desigualdade permanece de muitas maneiras, no âmbito da educação é visível a priorização para uma formação unilateral, ou seja, uma formação tecnicista, fragmentada, interessada em resultados imediatos - o que só sustenta e reafirma a desigualdade - tendo em vista, que a educação é fornecida para elite de uma maneira completamente diferente da que é fornecida para a classe sulbalternizada.

MERCANTILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO

Dando continuidade, após contextualizar acerca das origens da educação e como esta esteve presente ao longo do tempo, a partir desta seção será abordado o processo que “desvirtualiza” o que outrora era condição ineliminável para o ser e como ocorre a transformação da educação em uma mercadoria. Para isso, é imprescindível compreender como esse tema “educação” está ligado ao sistema político-econômico, sendo essa relação um dos fatores que corroboram para a apropriação do ideário de conhecimento resultante na transmutação da educação em capital, logo, na mercantilização.

De modo mais amplo, a expressão “mercantilização” designa o ato ou efeito de tornar algo uma mercadoria com a finalidade de realizar procedimentos mercantis. Em outros termos, a mercantilização é o processo pelo qual algo é transformado em mercadoria porque o objeto da mercantilização tem relevância social e que, portanto, sob certas mediações, poderia ser integrado ao circuito de geração de valor. [...] Isso significa que a mercantilização decorre da atividade humana consciente e intencional, não devendo ser confundida com uma consequência natural de processos espontâneos do desenvolvimento da sociedade. Captar a essência da



mercantilização requer tomar como ponto de partida não a forma mercadoria em si, mas o que antecede a essa forma, o que significa ultrapassar o plano da “pseudoconcreticidade”. Com efeito, desvelar o significado da mercantilização da educação exige a compreensão da natureza e da especificidade da própria educação (KOSIK, 1985 *apud* MARTINS, 2020).

Como mostra Martins (2020), a mercantilização não é um elemento isolado, na verdade, é a construção de uma cadeia que objetiva modificar a especificidade, ou seja, o próprio sentido da educação. Para Saviani (2005), a especificidade e natureza da educação se localiza na recorrente necessidade dos seres humanos em produzir permanentemente as condições de sua própria existência por meio do trabalho, como explicitado anteriormente, a educação possui uma intrínseca relação com o trabalho.

Porém, “embora esteja relacionada ao trabalho, a educação não foi socialmente produzida como uma mercadoria, mas sim como uma antimercadoria vinculada à produção e a reprodução da existência humana.” (SAVIANI, 2005 *apud* MARTINS, 2020). É nesse ponto em que se destaca novamente a problemática: a educação transformada em mercadoria. Para tanto, após ter exposto na teoria que esse processo de mercantilização da educação é real, é fundamental tentar percebê-los na realidade concreta, ou seja, fazer o exercício da práxis.

No cenário brasileiro há uma distinção imensa entre os sistemas educacionais público e particular que perpassam desde a estrutura física até a obtenção dos tão desejados resultados. Entretanto, o ponto a ser analisado será justamente esse: os resultados. Quando se discute sobre resultados, duas coisas vem à mente. Quem quer esses resultados e como eles serão possibilitados. Para tal, cabe retomar historicamente em que ponto a burguesia tornou a educação “acessível”, terá sido quando a classe dominante percebeu que precisa de mão de obra qualificada e que para isso precisaria possibilitar o mínimo para poder ver os tão desejados resultados transformados em lucro?

Em síntese, o projeto de mercantilização da educação integra um projeto de poder da classe empresarial e seus fundamentos atendem as demandas de diferentes frações desta classe no curto e médio prazo, pois, em suma: (a) os rentistas desejam maiores taxas de remunerações para os serviços da dívida pública para ampliar seus ganhos imediatos; (b) os industriais reivindicam liberação de linhas de créditos públicos mais generosas em termos da taxa de juros e de pagamento para impulsionar a produção; (c) por sua vez, a burguesia de serviços quer ampliar as atividades



comerciais de educação, saúde, previdência etc. com apoio dos fundos de private equity, o que significa a associação com o capital financeiro (MARTINS, 2020).

Consoante a isso, a fim de provar o interesse da classe empresarial em modificar a educação em prol dos “resultados” a autora Shiroma (2015) mostra em sua pesquisa as recomendações do Banco Mundial para o sistema educacional:

estratégias universais (reforma de currículo e de treinamento, grandes investimentos em infraestrutura para apoiar um dia escolar mais longo e eliminar o ensino noturno, melhoria da qualidade de professores); escolas de demonstração (escolas de ensino médio de tempo integral e com bastante recursos que tanto testam inovações quanto demonstram que escolas secundárias de alta qualidade são viáveis); e parcerias público-privadas no ensino técnico e vocacional (para garantir uma fácil transição para o mercado de trabalho para os formandos do ensino médio que não continuam o ensino superior, por meio da orientação do conteúdo vocacional do currículo para as habilidades que estão em demanda local). (BANCO MUNDIAL, 2010, p. 7-8 *apud* SHIROMA, 2015).

Ademais, o movimento agora será de explicitar o quanto essa educação “restrita” limita e afeta, principalmente, a classe trabalhadora, em que é perceptível, ao passar por uma análise histórica, que para essa classe somente se destinou o conteúdo extremamente necessário para a reprodução dos moldes capitalistas, pois, na educação para além do capital, está a possibilidade de emancipação da classe subalternizada que para mudar sua realidade precisa ter consciência da mesma.

Nesse movimento, Gramsci (2001), autor marxista italiano, vai defender uma educação completamente distinta, onde não há interesse imediato de resultados, tomando como nome uma escola “desinteressada” que se faz presente uma formação omnilateral, que, em outras palavras, vem na perspectiva de ofertar uma formação completa, não restrita aos moldes tecnicistas. De acordo com Martins (2020), essa escola estaria focada em enriquecer a concepção de mundo dos estudantes, fornecendo-lhes conhecimento necessário para a compreensão fidedigna da realidade, em suma, trata-se de uma escola cujo princípio educativo seja o trabalho:

Com seu ensino, a escola luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, e de leis civis e estatais, produto de uma atividade



humana, que são estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas tendo em vista seu desenvolvimento coletivo; a lei civil e estatal organiza os homens do modo historicamente mais adequado a dominar as leis da natureza, isto é, a tornar mais fácil o seu trabalho, que é a forma própria através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando a transformá-la e socializá-la cada vez mais profunda e extensamente. (GRAMSCI, 2001, p. 42-43).

Outrossim, é possível perceber tal tentativa de provocar um desmonte na educação brasileiro ao se ter como proposição a PEC 206/2019 que visa cobrar mensalidades e que se defende “[...] o Banco Mundial divulgou um estudo demonstrando que a cobrança de mensalidade nas universidades públicas brasileiras seria uma forma de diminuir as desigualdades sociais em nosso país [...]” (BRASIL, 2019).

Para tanto, é imprescindível destacar que esta onda de mercantilizar o conhecimento e torná-lo extremamente reduzido a partir da pregação de uma ideia de “evolução” como empregado na Reforma do Ensino Médio é uma estratégia das direções burguesas de minimizar as chances de uma possível mudança na estrutura e superestrutura. Nesse sentido, o cenário educacional brasileiro vem sofrendo diversos ataques, desde o golpe do ex- presidente Michael Temer e o seu sucessor Jair Bolsonaro

[...] o novo Ensino Médio é a expressão do projeto de formação reducionista, pragmática e interessada a ser destinada aos jovens das classes trabalhadoras, e do projeto de privatização/mercantilização da educação pública forjado no golpe político, jurídico e midiático, que culminou com o impeachment da presidente Dilma Roussef, em maio de 2016. Projeto este, que no atual governo Bolsonaro adquire contornos mais dramáticos, tendo em vista o aumento da pobreza, do desemprego, do ataque aos direitos, da redução dos gastos com as políticas sociais e da adoção por parte do MEC de medidas obscurantistas, autoritárias, persecutórias e de desmontagem da política nacional de educação com a redução do financiamento federal (BARBOSA, 2019. Grifos nossos).

Em suma, o recorrente desmonte e processo de mercantilização da educação só notabiliza o poder que um sistema educacional completo, humano, desinteressado de resultados imediatos, crítico, historicista e fundamentados no prisma do Materialismo Histórico Dialético e Pedagogia Histórico Crítica que possuem como fim último educar para além do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Diante dos elementos mostrados, é nítido que ao passar do tempo a educação surge como um princípio ontológico ao ser social, bem como o trabalho, mas que algo que antes era ineliminável ao ser, foi sendo apropriado pelos sistemas econômicos que destinavam a educação um caráter de reprodução ou era direcionado a um restrito público como uma forma de perpetuar a desigualdade e a supremacia de um grupo frente a outro. Nesta tela, tem-se a mercantilização da educação como uma estratégia do capitalismo para reafirmar sua estruturação baseada em exploração da classe trabalhadora e supremacia da classe burguesa, sendo a burguesia a classe beneficiada quando não se tem seres críticos e conscientes da realidade. Diante disso, os elementos mostrados neste trabalho possuem a intenção de provocar incômodo e suscitar a reflexão de alunos da graduação, pós-graduação, doutores, professores de distintas áreas e demais públicos que tenham interesse de se fortalecer nessa dura batalha contra o sistema capitalista e seus tentáculos.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Atingindo uma Educação de Nível Mundial no Brasil: próximos passos** - sumário executivo. 2010. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1293020543041/ESummary_Atingindo_Educacao_nivel_Mundial_Brasil_DEZ2010.pdf. Acesso em: 23. nov. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados Federais. Proposta de Emenda à Constituição no 206, de 2019. Dá nova redação ao art. 206, inciso IV, e acrescenta § 3o ao art. 207, ambos da Constituição Federal, para dispor sobre a cobrança de mensalidade pelas universidades públicas.. Brasília, DF: Câmara dos Deputados Federais, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2231221>. Acesso em: 23. nov. 2022.

BRAZÃO, José Paulo Gomes. **Mercantilização da Educação e hipercapitalismo**. Estado Mínimo. Escola Mínima, p. 212-215, 2014.



CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. **Necropolítica e governo Jair Bolsonaro:** repercussões na seguridade social brasileira. Revista *Katálysis*, v. 24, p. 269-279, 2021.

GIL, Antonio Carlos *et al.* **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LESSA, Sergio. **Identidade e individuação.** Revista *Katálysis* v. 7, n. 2, p. 147-157, 2004.

MARTINS, André Silva; PINA, Leonardo Docena. **Mercantilização da educação, escola pública e trabalho educativo:** uma análise a partir da pedagogia histórico-crítica. Revista *HISTEDBR On-line*, v. 20, p. e020052-e020052, 2020.

MARX, K. **O Capital.** Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. **Formação humana ou produção de resultados?** Trabalho docente na encruzilhada. Revista *Contemporânea de Educação*, v. 10, n. 20, p. 314-341, 2015.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Editora Unijuí, 2005.